



Memória da reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Indígenas

06 de abril de 2020, pela plataforma zoom

Os Membros da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Indígenas (FPMDDI), reuniram-se no dia 06 de abril de 2020, às 10h, pela plataforma zoom, para continuar o debate sobre segurança alimentar durante a pandemia do novo coronavírus – Covid-19 entre os povos indígenas do Brasil.

Neste dia a pauta principal foi Segurança Alimentar e atualização das ações da Secretaria Especial de Saúde Indígena para o enfrentamento do novo Coronavírus.

Estiveram presentes os seguintes membros parlamentares (Dep. Carmem Zanotto, Cidadania/SC, Dep. Nilto Tatto PT/SP, Deputado José Ricardo, PT/AM e a coordenadora geral da Frente Dep. Joenia Wapichana, REDE/RR os demais parlamentares enviaram seus assessores. Participaram ainda o Secretário Especial de Saúde Indígena (Sesai), Robson Santos da Silva, rapidamente o Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, os representantes de organizações indígenas, do Ministério Público Federal, da Fundação Nacional do Índio, de instituições com atuação junto aos povos indígenas. No total a reunião contou com 94 participantes on-line, conforme lista em anexo.

A reunião teve início com a Coordenadora da FPMDDI, a Deputada Joenia Wapichana, que explicou a metodologia da reunião, agradeceu a presença de todos e do Secretário da Sesai e sua disponibilidade de ouvir os membros da Frente e acolher os encaminhamentos. A deputada apresentou a ele uma lista de perguntas sobre antecipação de vacina contra influenza para povos indígenas; testes rápidos para o coronavírus; distribuição de EPI para indígenas; distribuição de alimentos; atendimentos a indígenas em contexto urbano; invasões de terras indígenas.

Em seguida houve a apresentação do Secretário da SESAI Robson Santos Silva(que está há cerca de dois meses à frente da secretaria), informou que desde o último dia 27 de março de 2020 a Sesai tem se preocupado em atender às orientações sanitárias e de saúde, do Ministério da Saúde, da OMS, no enfrentamento ao novo coronavírus.

De acordo com o secretário, as solicitações e recomendações da Frente Parlamentar e do MPF feitas anteriormente foram bem-vindas e contribuíram para aprimorar ações que a Sesai já vem realizando. Santos pontuou a instituição de um Comitê Nacional de Crise (em Brasília) e mais 34 Comitês Distritais (âmbito dos DSEI), com a participação de indígenas (recomendação do MPF).

Santos falou da dificuldade em produzir materiais informativos que tratem da prevenção ao novo coronavírus para atender os 305 povos indígenas, são mais de 200 línguas indígenas no País e pediu a colaboração dos presentes para isso. Quanto aos testes rápidos para diagnosticar o novo coronavírus, foram 6.300 direcionados aos povos indígenas, número bastante baixo, tendo em vista uma população de mais de 800 mil indígenas no Brasil. Sobre os Equipamentos de Proteção Individual/EPI foi encaminhada a primeira leva de luvas e máscaras aos DSEI's. No que diz respeito ao atendimento aos indígenas em contexto urbano, Robson Santos, relatou que “a Sesai faz o atendimento a partir dos DSEI e que não teria pernas para fazer o atendimento de outras áreas que estejam fora dos DSEI”. Reiterou que a Sesai presta atendimento primário, básico. Os indígenas que estão fora dos DSEI são atendidos pelo SUS (Estados e Municípios). Ainda sobre o atendimento de indígenas em contexto urbano, o secretário Robson sugere que seja realizado um estudo antropológico que demonstre a necessidade de a Sesai aprimore a assistência a saúde indígena incluindo os indígenas em contexto urbano, a exemplo de bairros e terras indígenas existentes em áreas urbanas (ex: São Paulo, Boa Vista, Manaus, Porto Alegre e Campo Grande). De qualquer forma informou que a Sesai em muitas destas localidades auxilia indígenas na medida do possível.

O Secretário ainda chamou atenção para a existência de 500 milhões de reais parados, sem execução, em várias Prefeituras do país, e não 45 milhões, como anteriormente noticiado. Nesse sentido, o primeiro passo a ser dado pela Sesai é contatar as Prefeituras de todo o país e alertá-las sobre os recursos parados e a necessidade de usá-los em ações de saúde indígena. Santos afirmou que a Sesai dispõe de recursos financeiros e de pessoal e estrutura física para realizar as ações no enfrentamento ao novo coronavírus. É preciso melhorar a gestão. Como também há dificuldade na aquisição de equipamentos que estão escassos em todo o país. Com relação à segurança alimentar e nutricional (SAN), a Sesai cuida apenas da vigilância alimentar. Ressaltou que a Sesai tem participado de um GT específico na temática de SAN, em que também tem assento a Casa Civil, Ministério da Cidadania, Funai e Ministério da Agricultura. Neste sentido, a Sesai já apresentou duas Notas técnicas que tratam de critérios sanitários para distribuição de alimentos, apoio logístico e peculiaridades na alimentação indígena.

A deputada Joenia Wapichana perguntou se o Estado reconhece os povos indígenas como público vulnerável, igual aos idosos e gestantes e, portanto, prioritário nas ações de saúde e segurança alimentar. O que o Secretário respondeu que sim.

Sobre às invasões em terras indígenas, o secretário relatou que a Sesai não tem poder de polícia, mas tem solicitado apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e à Casa Civil.

Com relação aos dados de indígenas contaminados, Santos se diz preocupado com a transparência das informações. Mencionou que todos os dias, às 17hs, a Sesai publiciza o boletim epidemiológico onde são apresentadas todas as informações e dados de indígenas infectados pelo novo coronavírus. Na exposição do Secretário da Sesai não ficou claro, de fato, quantos são os indígenas contaminados e as mortes confirmadas, mas essa informação está presente no site da Sesai.

Durante a fala do Secretário da Sesai, a Deputada Carmen Zanotto que havia sido convidada pela Deputada Joenia para participar da Reunião, pois faz parte da Comissão Externa de Saúde que acompanha as ações de enfrentamento do novo corona vírus (e contribuir para construir consenso sobre o que deve ser pautado para votar em Plenária) entrou na reunião e junto trouxe o Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, que disse que o Secretário Robson tinha total apoio da pasta, aproveitou para expor sua preocupação em relação ao fluxo intenso de indígenas na cidade e com Manaus. Mencionou a necessidade de produção de materiais informativos na língua indígena. Chamou atenção para que os indígenas continuem a fazer “uso e abuso de banhos”. Também informou o cuidado que as ONG’s devem ter para que não estejam levando o vírus às aldeias indígenas.

Posteriormente questionado sobre isto o Secretário da Sesai esclareceu que ONGs que fazem trabalhos em comunidades indígenas ou que por exemplo queriam realizar doações neste momento devem atender os protocolos da Sesai e Funai de não acessarem os territórios indígenas no período de isolamento social.

Na sequência da fala da Sesai, a Funai foi questionada, recebeu perguntas da Deputada Joenia Wapichana, do Deputado José Ricardo e do Deputado Nilto Tatto; MPF e representantes indígenas.

O antropólogo Joany Arantes apresentou as ações que estão sendo realizadas pela Funai. Mencionou várias vezes ao longo de sua fala que as ações da Funai são realizadas em diálogo com as orientações das autoridades sanitárias. A Funai em Brasília tem noticiado às Coordenações Regionais (CR) no que diz respeito às orientações sanitárias e de saúde indígena. As Coordenações Técnicas Locais (CTL’s) estão responsáveis pelo mapeamento de famílias que necessitam de cestas de alimentos não apenas para garantia da segurança alimentar, mas também para que os indígenas não se desloquem para as cidades em busca de alimentos.

A Deputada Joenia Wapichana interpela dizendo que várias comunidades indígenas têm realizado campanhas para impedir a entrada de não indígenas e mesmo a saída de indígenas das aldeias, contudo, observa-se que muitas



comunidades ainda estão expostas a invasão de madeireiros, garimpeiros e caçadores.

Antes de Joany continuar, os parlamentares apresentaram alguns pontos para a Funai esclarecer:

- Critérios para distribuição de alimentos;
- Mapeamento das famílias em vulnerabilidade alimentar;
- Entrega de equipamentos e sementes para que os indígenas possam manter a soberania alimentar;
- Como a Funai está atuando em relação aos indígenas em contexto urbano e de áreas retomadas;
- Quais as orientações da Funai na distribuição de benefícios (PBF e Renda Básica)?
- Os servidores da Funai utilizam o EPI em suas ações junto aos indígenas?
- A Funai recebeu aporte adicional em termos de recursos financeiros?
- Como tem sido a atuação da Funai no que diz respeito às invasões de terras indígenas?
- Qual a estratégia usada pela Funai para que a renda básica emergencial chegue às aldeias sem que os indígenas precisem se deslocar para as cidades?

As respostas foram dadas por Joany Arantes e Tiago Fiorotti. Tiago relatou que as Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais realizaram o levantamento das áreas e das famílias em situação de maior vulnerabilidade alimentar. Os indicadores utilizados no mapeamento foram: mortalidade infantil, índice de desnutrição, número de idosos, presença de doenças crônicas como diabetes. Há preocupação com os Xavante, os Guarani, Maxacali. Há um entendimento na Funai que nas áreas indígenas mais vulneráveis, o quantitativo de famílias para receber as cestas de alimentos é de quase 100%.

Quanto aos EPI's, há escassez no mercado. A Funai sede enviou um kit mínimo de gorros e máscaras para proteção de servidores e indígenas na distribuição de alimentos.

Tiago afirmou que a ação de distribuição de alimentos é de extrema urgência. Neste momento é inviável para a Funai contemplar todas as especificidades alimentares dos 305 povos indígenas nas cestas de alimentos. As características alimentares regionais estão sendo levadas em consideração. É preciso que estas cestas cheguem o quanto antes às aldeias para evitar a saída de indígenas de



suas comunidades. Além da ação de distribuição de alimentos a Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento (CGETNO) está preocupada com outros projetos que atendam às especificidades no atendimento à Segurança Alimentar e Nutricional dos indígenas.

Com relação ao atendimento aos indígenas em contexto urbano e de retomada, Joany ressaltou que estão na preocupação de atendimento da Funai. Joany relatou que invasões de terras indígenas têm estado no radar da Funai e que esta tem solicitado ajuda da Polícia Federal e Exército. Entre os locais mais críticos estão: terras indígenas Kayapó, Mundurucu, Trincheira Bacajá.

Joany expõe que a grande preocupação da Funai é de que forma o recurso do Renda Básica chegará aos indígenas, uma vez que a orientação é evitar a saída da aldeia. É preciso conscientizar as lideranças. Por isso, a necessidade de que as cestas de alimentos cheguem o quanto antes às aldeias, para que tenha menos motivos para deslocamento para a cidade. Segundo Joany, a estratégia de repasse do benefício do Renda Básica para os indígenas é de responsabilidade conjunta: lideranças indígenas, Funai e demais ministérios.

Na sequência das falas de Tiago e Joany, Joenia abriu o microfone aos demais presentes à reunião.

Cacique Babau, criticou a atuação da Sesai na Bahia: “tem se falado da Amazônia, mas e os índios do Nordeste? A situação da saúde indígena no nordeste está caótica. No DSEI Bahia, por exemplo falta tudo: motorista, infraestrutura. No pólo Base de Ilhéus há notícia de uma enfermeira que passou 10 dias na aldeia, vacinando e, soubemos que ela foi contaminada com coronavírus. Quais os protocolos de atendimento à saúde para os índios do Nordeste? Precisamos também de proteção da Funai no município de Buararema/BA.

Deputada Joenia perguntou como Cacique Babau estava. Ele respondeu estar bem, mas, muito ameaçado.

Marivelton, Diretor-Presidente da FOIRN questionou sobre as medidas operacionais concretas para repasse dos benefícios da Renda Básica aos indígenas do alto Rio Negro. Fez algumas sugestões como: possível acumulação dos valores do benefício a ser resgatado a posteriori ou criação de fundos locais para compra de EPI, materiais de higiene e/ou equipamentos para roçados.

Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), chamou atenção aos conflitos e mortes de indígenas que continuam ocorrendo no interior de Terras Indígenas. “Quando as autoridades vão tomar atitude para conter a violência nas Terras Indígenas? A APIB encaminhou uma Carta aos governadores para pedir ajuda no enfrentamento ao novo coronavírus. Não é possível pensar apenas no coronavírus. A questão não é apenas o protocolo de isolamento social, mas as invasões de territórios indígenas. É preciso também apresentar de forma concreta, de que maneira a soberania alimentar está sendo apoiada nos



territórios”. Sônia reitera que, além de um protocolo de isolamento nos territórios indígenas, é preciso um protocolo de segurança para os mesmos.

Marco Paulo da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, chama atenção para o despacho do Presidente da Funai, de 29 de novembro de 2019 que menciona o não atendimento, pela Funai, de indígenas em área de processo demarcatório. Solicita informação dos servidores da Funai quanto à revogação deste pronunciamento. Importante Oficiar o Ministério da Justiça.

O procurador federal do MPF/AM, Fernando Merloto pede mais explicações a respeito do repasse do benefício da Renda Básica aos indígenas e sobre distribuição de cestas de alimentos.

Resposta da Funai. Com relação à conflitos e violência no interior das Terras Indígenas, as denúncias quando houver devem ser repassadas às Coordenações Regionais para que sejam tomadas as devidas providências.

Quanto às cestas de alimentos, 154 mil famílias devem ser atendidas com alimentos. O quantitativo de atendimento já foi repassado à Conab. Reitera que é humanamente impossível adequar as cestas básicas neste momento. As Coordenações Regionais já estão preparadas para fazer as entregas de alimentos. Os itens solicitados são: 4kg de feijão, 1kg de macarrão espagueti, 1kg de fubá, 2kg de farinha mandioca, 10kg de arroz, 2kg de açúcar, 1kg leite em pó. Serão entregues 2 cestas por família.

Com relação à Renda Básica a preocupação da Funai é manter os indígenas nas aldeias.

Juan Scalia, coordenador da CGETNO/Funai, mencionou que, para além das cestas básicas, outras ações de SAN estão sendo pensadas: compra com doação simultânea (Modalidade do PAA); Chamadas em aberto para o PNAE; Compra e doação de sementes para aldeias indígenas.

Com relação aos kits de higiene às aldeias, a Funai vê a entrega de álcool em gel como um elemento complicador.

A Funai dispõe de 10 milhões de reais para realizar suas ações. Não é suficiente. Por isso, a necessidade de parcerias, especialmente com a Sesai.

Por fim, no que diz respeito aos povos isolados e de recente contato, as Frentes de Proteção estão fiscalizando e realizando planos de contingência e ou restringindo a vinda para as cidades de indígenas de recente contato, No Amazonas, por exemplo, a Funai tem tido dificuldades no convencimento dos indígenas Pirahã que estão à margem da Transamazônica.

Encaminhamentos da reunião:

1. Sesai vai disponibilizar a lista com os municípios que tem recursos parados, no montante total de 500 milhões.



2. Frente Parlamentar Indígena enviará ainda hoje as prioridades de PLs para a Comissão Externa do Coronavírus da Câmara dos Deputados.
3. Organizações Indígenas e parceiros ampliem as campanhas de informações sobre a prevenção do Covid-19.
4. A antecipação da vacinação contra a influenza, em tratativas pela Sesai
5. Dificuldade de atendimento dos indígenas urbanos pela Sesai, a única garantia é a vacinação. O MPF poderia fazer a recomendação e a Frente Indígena reforça.
6. Funai disponibilizará o plano de distribuição das cestas de alimentos organizado em parceria com as CRs.
7. Funai ampliar campanha de prevenção aos indígenas sobre o novo Coronavírus.
8. A Frente Parlamentar Indígena articulará diálogo com Ministério da Cidadania sobre a Renda Básica Emergencial, para a pauta da próxima reunião da Frente Indígena.
9. A Frente Parlamentar Indígena irá solicitar da Funai o Plano de Proteção Territorial e Plano de distribuição das cestas de alimentos, para esse período de isolamento social.
10. Necessidade de articulação interfederativa e interinstitucional para a proteção dos povos indígenas, pois tem o aumento das invasões das terras indígenas.
11. Assessores de deputados participarem de reunião com ministério da Cidadania, Funai e Sesai. Fazer um nivelamento de informação para divulgar à todos.
12. Articular a aprovação da PFC para controle e fiscalização pela Câmara das ações da Sesai, Funai e Ministério da Cidadania.
13. Oficiar o Ministério da Cidadania sobre o pagamento do auxílio emergencial, para auxiliar na difusão de informações aos povos e organizações indígenas.

Participantes: Parlamentares e assessorias (PC do B, Rede, PSOL, PT, Cidadania), representantes de organizações indígenas (APIB, FOIRN, FPOIMT, COIAB, Cacique Babau Tupinambá), Organizações Indigenistas (ISA, WWF, OPAN, ISPN, Terra Azul, Hivos, Conselho Indígena Missionário), Ministério



Público Federal (Amazonas, Mato Grosso do Sul, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão: Povos Indígenas e Populações Tradicionais), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Observatório de Direitos e Políticas Indigenistas (OBIND/UnB), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), ABRASCO, Funai (Joany Tavares, Tiago Fiorotti e Juan Scalia), SESAI (Secretário Robson Santos) e participação momentânea do Ministro da Saúde (Henrique Mandetta).

A última fala da coordenadora da Frente, deputada Joenia Wapichana, foi ressaltar que o papel da Frente é de articular e acompanhar as ações. Além disso, somar esforços para que as ações emergenciais se concretizem e os povos indígenas não sejam excluídos e tenham seus direitos constitucionais respeitados e garantidos.

A próxima reunião da Frente deverá acontecer no próximo dia 09/04/2020, com a presença do Ministério da Cidadania, no período da manhã, de 10 as 12h.

E a reunião foi encerrada às 12:45.

Representantes presentes que se identificaram:

1. Ana Lucia Pontes, Fiocruz/Abrasco
2. Ana Paula Sabino – Assessora da Frente Parlamentar Indígena
3. Ana Paulo Souto Maior - Assessora da Deputada Joenia Wapichana
4. Andreia da OPAN
5. Antonella Tassinari - Associação Brasileira de Antropologia - Comissão de Assuntos Indígenas
6. Bruno Taitson, WWF-Brasil
7. Cacique Babau Tupinambá
8. Christiane Peres, liderança do PCdoB
9. Crisanto Xavante - Presidente da FEPOIMT.
- 10. Deputada Carmen Zanotto/SC**
- 11. Deputada Joenia Wapichana/RR**
- 12. Deputado José Ricardo/AM**
- 13. Deputado Nilto Tatto/SP**
14. Elaine Moreira CAI-ABA- Obinb
15. Fernanda Cerqueira - Indigenista da Coordenação Regional Litoral Sul/FUNAI



16. Fernando Merloto Soave, MPF no Amazonas
17. Giovanni Mockus– Assessor da Deputada Joenia Wapichana
18. Guilherme Eidt - Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)
19. Gustavo de Biase - Assessor da Deputada Joenia Wapichana
20. Hugo Meireles assessor dep Airton Faleiro
21. Inara Nascimento - Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena - GT Saúde Indígena/ ABRASCO.
22. Juliana Radler, jornalista ISA- Programa Rio Negro
23. Karine Assumpção - Coordenação de Acompanhamento de Saúde Indígena da Funai
24. Leonardo Aragão, assessoria do Dep. Nilto Tatto
25. Letícia Camargo liderança psol
26. Lohana - Assessora da Deputada Joenia Wapichana
27. Lourdes Duarte, Cimi de Rio Branco , Acre.
28. Lucia Alberta Andrade – Assessora da Deputada Joenia Wapichana
29. Luiza Chaer – Terrazul
30. Marco Antonio D. de Almeida, MPF/Dourados
31. Marco Paulo Schettino - 6ª Câmara:MPF
32. Maria Geovanda Batista (UNEB/CEPITI).
33. Maria Júlia, assessora da deputada Professora Rosa Neide
34. Mariana Castilho: Obind/Unb
35. Mariana Mota Greenpeace
36. Mariana Taccolini - Assessora da dep. Natália Bonavides (PT-RN)
37. Marina Silva – REDE
38. Marinete Cadete - Assessora da Deputada Joenia Wapichana
39. Mario Nicácio - Coiab
40. Marivelton Baré – FOIRN
41. Mayra Wapichana - Assessora da Deputada Joenia Wapichana



42. Ministro da Saúde Henrique Mandeta – participação pelo contato da Dep Carmen Zanotto

43. Mogoxe Bakairi

44. Natalia Ciml/MT

45. Paula Bernardi - Hivos

46. Pedro Ivo – REDE

47. Rafa Barros/PSOL

48. Rebecca Albino - indigenista da Funai de Campo Grande Mato Grosso do Sul

49. Regina assessoria deputado Camilo Capiberibe

50. Renata Vieira, advogada ISA, Programa Rio Negro

51. Romeu Tavares Indigenista Funai (Coord. Téc. Local / Natal/RN)

52. Secretário da SESAI – Robson

53. Sérgio Brissac - Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (Antropologia)/PGR/MPF

54. Silvano Ofaye

55. Simone Terena, assessora do PSOL

56. Solange Linhares, promotora de justiça membra do grupo de trabalho de direitos indígenas do CNMP

57. Sônia Guajajara - APIB

58. Tarcisio Feitosa - tarcisio.xingu@gmail.com - Consultor da CLUA

59. Túlio Binotti - Funai CR Rio Negro

60. Walisson – Ass da Deputada Professora Rosa Neide